

A propósito das Línguas nacionais de Angola

About national Languages of Angola

À propos des Langues nationales de l'Angola

Manuel Rodrigues Boal

Médico Pediatra, reformado
mel.rboal@gmail.com

Por expressa solicitação do autor, o Português, neste artigo, é escrito em obediência à antiga ortografia.

Resumo

O artigo aborda a questão relacionada com a situação das Línguas nacionais/Línguas africanas das antigas colónias europeias de África, com tónica sobre o caso de Angola onde o estatuto do Português enquanto língua oficial, continua a mantê-lo como referência exclusiva na administração do Estado, na educação, incluindo no ensino primário e no pré-escolar, com efeitos negativos não só sobre o rendimento escolar das crianças como no que respeita à memória da identidade cultural dos angolanos. De notar que desde a independência do país, se tomaram medidas no sentido de se prevenir o desaparecimento das línguas africanas, e de incumbir ao Estado o dever de proteger, valorizar e dignificar as Línguas nacionais, inscrito na Constituição. Nesse contexto foi criado o Instituto das Línguas Nacionais, que assume o essencial relativamente à investigação destinada a conhecer e divulgar tudo sobre as mesmas, incluindo os temas ligados à tradição oral por elas veiculados a sucessivas gerações durante séculos. Há ainda muito a fazer para se atingir o objectivo maior que consiste em confiar às referidas línguas o papel que lhes compete na educação, na alfabetização, na administração, na comunicação em geral e na cultura. É muito pouco provável haver consenso sobre a candidatura de uma das línguas nacionais ao estatuto de Língua principal. A melhor alternativa seria adoptar o bilinguismo entre Língua nacional dominante em cada Região ou grupo de Províncias, e o Português como língua segunda. Isso decidido e conseguido, na base de um largo diálogo em que as comunidades ou seus representantes devem participar, o resto fluirá naturalmente: a escolha do alfabeto a utilizar na harmonização da escrita das diversas línguas; a elaboração dos recursos didáticos necessários ao processo; a formação dos professores dos futuros professores.

Palavras-chave: Línguas nacionais, Alfabeto, Harmonização da escrita, Angola.

Abstract

The article addresses the issue related to the situation of the national languages of former european colonies in Africa, more specifically the case of Angola where the status of Portuguese as an official language remains the exclusive reference in State administration, education, including in primary and pre-school instruction, with negative effects not only on children's academic performance but also on the memory of Angolans' cultural identity. It should be noted that since the country's independence, measures have been taken to prevent the disappearance of African languages, and to entrust the State with the duty of protecting, valuing and dignifying them, enshrined in the Constitution. In this context, the Institute of National Languages was created, which assumes the essential role of research aimed at knowing and disseminating everything there is to know about national languages, including themes related to the oral tradition conveyed by them to successive generations during centuries. There is still a lot to be done to achieve the greater objective of entrusting these languages with a role in education, literacy, administration, communication in general and culture. It is very unlikely that there will be consensus on the candidacy of one of the national languages for the status of main language. The best alternative would be to adopt bilingualism between the dominant national language in each Region or group of Provinces, and Portuguese as a second language. This being decided and achieved, based on a broad dialogue in which communities or their representatives must participate, the rest will flow naturally: choosing the alphabet to use in harmonizing the writing of the different languages; preparation of teaching resources necessary for the process; teacher training for future teachers.

Keywords: National languages, Alphabet, Orthography harmonization, Angola.

Résumé

L'article examine la question des Langues nationales/ Langues africaines dans les anciennes colonies européennes d'Afrique, avec accent sur le cas de l'Angola où, le Portugais, devenue langue officielle continue à jouer, en exclusivité, le rôle de langue de l'administration de l'Etat, langue de l'éducation y compris dans l'enseignement primaire et dans le préscolaire, avec des effets négatifs sur la formation et le rendement scolaire des enfants, sans négliger l'oubli dans lequel se trouve, en conséquence, la mémoire de l'identité culturelle des angolais. Il faut savoir que des mesures ont été prises, dès l'indépendance, sur les Langues nationales, y compris l'inscription dans la Constitution du devoir, attribué à l'État, de protéger, valoriser et dignifier les Langues nationales. Dans ce contexte il a été créé L'Institut des Langues Nationales chargé d'étudier et divulguer toute connaissance sur lesdites langues sans oublier les thèmes liés à la tradition orale, transmis pendant des siècles, à des générations successives. Il y a encore un long chemin à suivre pour atteindre l'objectif principal, à savoir, rendre aux langues en question le rôle qui leur revient dans l'éducation, dans l'administration, la communication en général et dans la culture. Il est très peu probable qu'il y ait un consensus sur la candidature de l'une des langues nationales au statut de langue principale. La meilleure alternative serait adopter le bilinguisme entre la Langue nationale dominante dans chaque Région ou groupe de Provinces, et le Portugais comme seconde langue. Cela décidé et accompli, sur la base d'un vaste dialogue avec les communautés concernées ou leurs représentants, tout le reste sera atteint facilement: le choix de l'alphabet à utiliser dans l'harmonisation de l'écriture des diverses langues; l'élaboration des textes didactiques nécessaires au processus; la formation des professeurs des futurs enseignants.

Mots-clés: Langues nationales, Alphabet, Harmonisation de l'écriture, Angola.

1. Introdução

A convite do responsável pela edição dos Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) de Lisboa, aproveitei a ocasião para abordar, enfim, a questão da utilização das línguas nacionais em Angola, na sequência lógica da publicação, em 2019, do livro *Contribuição para o Conhecimento do Kimbundu* [1]. Esperemos que a bibliografia disponível mo permita.

A questão das Línguas nacionais interessa a maioria dos

países africanos ao sul do Sahara que, após a independência atribuíram, em detrimento total das línguas africanas originais, o estatuto de língua oficial à língua da antiga potência colonizadora, estatuto que lhe assegura a categoria, em regime de exclusividade, de língua da educação, língua da administração do Estado, língua da comunicação em geral e ainda, como citado por Irene Guerra Marques em documento do Instituto Nacional do Livro e do Disco da República Popular de Angola “um dos factores de unificação do nosso país pois está definida com o estatuto de língua comum de comunicação entre os falantes das várias línguas nacionais”[2]. Alguns países africanos de língua oficial inglesa e francesa procederam, nessa matéria, a reformas de dimensão variável e com sucessos desiguais. O exemplo notório é o que aconteceu na Tanzânia, em que o Kiswahili, língua franca bem conhecida, nascida do contacto entre mercadores árabes e povos da costa oriental da Africa, e largamente usada ainda durante a colónia, foi escolhida como a língua nacional principal do país.

Entre as antigas colónias portuguesas, a importância dada às línguas nacionais seguiu caminhos distintos. Na República de Cabo Verde onde o Crioulo Cabo-verdiano é a única língua nacional, com variedades dialécticas marcantes para cada ilha, o Português é ainda a língua da educação desde o ensino pré-escolar! Moçambique aparece como o país que foi mais longe no processo. Na sequência da Transformação Curricular que teve lugar entre 1997 e 2004 foram estabelecidas duas vias de educação no ensino primário: uma monolíngue, de grande cobertura escolar – 5.300.000 alunos em 2010 –, utilizando o Português como única língua veicular do programa nacional de instrução primária e outra, bilingue, muito menos abrangente – 47.174 alunos em 2010 –, utilizando as línguas moçambicanas de origem bantu e o português, destinada a crianças vivendo nas zonas rurais e, para as quais, o Português não era a língua materna. Apesar do interesse suscitado inicialmente pelo ensino bilingue as dificuldades encontradas na sua implementação – formação de professores e edição do material didático, em particular – não permitem encarar com optimismo o futuro da experiência, até porque “Alguns moçambicanos (geralmente no seio da classe média) que, por falta de informação especializada e consequente medo do desconhecido, viam com relutância e cepticismo o uso das línguas moçambicanas na educação” [3]. A República de Angola tomou, desde a independência, medidas destinadas a evitar o desaparecimento das línguas africanas, entre as quais incumbir ao Estado o dever de as “proteger, valorizar e dignifi-

car” como está escrito na Constituição. Nesse contexto foi criado em 1979, no seio da Secretaria de Estado da Cultura, o Instituto Nacional de Línguas, convertido em 1985 no actual Instituto das Línguas Nacionais, que assume o essencial relativamente aos estudos destinados a conhecer e divulgar todo o saber sobre as línguas nacionais incluindo temas ligados à tradição oral por elas veiculados a sucessivas gerações durante séculos. O processo está longe de atingir o objectivo maior, a saber, conferir às línguas nacionais o papel que lhes compete na educação, na alfabetização, na administração, na comunicação em geral e na cultura.

Das colónias europeias em Africa só os países árabes mantiveram completamente o uso da língua materna, durante toda a dominação colonial.

2. Línguas nacionais de Angola

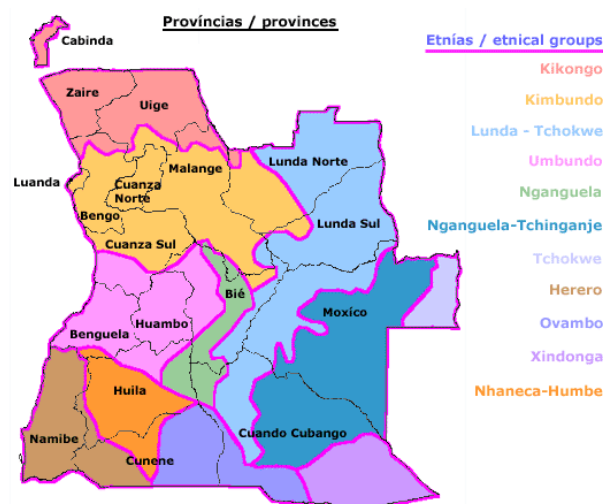


Figura 1: Angola. Províncias e etnias. Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2013

O total das línguas nacionais em Angola é estimado em 41, entre as quais as seis de origem Bantu e de maior difusão, designadamente Kikongo, Kimbundu, Txokwe, Umbundu, Kwanhama e Mbunda e as respectivas variedades dialécticas. De notar que a língua Mbunda foi substituída nessa lista por Nganguela, em 1985. As línguas atrás indicadas foram objecto em 1980, de um estudo no quadro de um projecto de cooperação entre a República popular de Angola, o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e a United Nations Education Sciences and Culture Organization (UNESCO), que teve como resultados a possibilidade de “esboçar os siste-

mas fonológicos das mesmas; elaborar e testar os projectos dos respectivos alfabetos; e traduzir para as seis línguas, os manuais de alfabetização em uso no país e escritos em português” [4].

Apesar dos esforços despendidos na organização e na realização dos trabalhos, na recolha de informações diversas sobre as línguas, as tradições orais a elas ligadas; nas discussões dos resultados, etc. tem-se a sensação que nem tudo terá sido feito de acordo com as regras e o rigor exigidos para lhes garantir credibilidade científica. Em 1985 a Secretaria de Estado da Cultura “procedeu à revisão dos trabalhos de 1980, reconhecida a fragilidade da sua investigação e a pouca exatidão metodológica e precisão terminológica” [5].

A leitura do “Histórico sobre a criação dos Alfabetos em Línguas nacionais” não é de compreensão fácil para os leigos, e levanta muitas questões; muitas dúvidas. Questões sobre a razão de ser e a justeza de certas decisões que estiveram na base das conclusões a que se chegou; dúvidas sobre o interesse real de algumas delas. É nesse quadro que parece inaceitável a recomendação segundo a qual o “C” se deve pronunciar “Tche” em Umbundu, em Txokwe ou em Mbunda, como ele soa em italiano ou em Servo-croata [1]. A palavra Cokwe que ficou então consagrada por aquela decisão é, no mínimo, infeliz. Teria sido preferível utilizar grupos de duas ou três letras, que representem um único fonema, dígrafos ou trígrafos como “Tx” ou “Tch”, para se ler Txokwe ou Tchokwe.

Desde 2011 o Instituto das Línguas Nacionais tem-se aplicado na busca de uma solução para ultrapassar as dificuldades exageradas por alguns linguistas sobre a harmonização ortográfica das línguas nacionais ao ponto de se considerar que “A preocupação da harmonização gráfica parece situar-se quase no plano da utopia” [5].

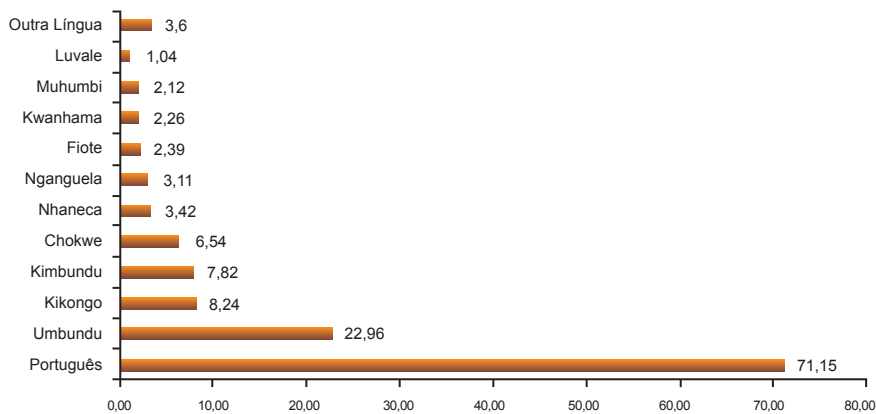


Figura 2: Angola. Línguas mais faladas – percentagem da população falante de cada língua. Fonte: Recenseamento geral da população e da habitação, 2014. Instituto Nacional de Estatísticas de Angola

De destacar os resultados dos seminários sobre a harmonização da escrita, realizados em 2011 e 2012 em parceria com o Centro de Estudos Avançados para a Sociedade Africana, da África do Sul, que deram origem à publicação “Harmonização Ortográfica das Línguas Nacionais de Angola”. Em setembro de 2014, a questão da harmonização ortográfica das línguas nacionais foi novamente retomada no Encontro Nacional Sobre as Línguas Nacionais. Nessa reunião foi recomendado o estudo da ortografia harmonizada das línguas Bantu, uma ortografia simples e prática em uso em muitos países africanos.

É de se esperar, nesse contexto, que muito em breve o Instituto das Línguas Nacionais de Angola venha a apresentar uma proposta original sobre a via que o país vai seguir para restituir às línguas nacionais todos os seus direitos.

É pouco provável que se privilegie uma Língua nacional para assumir o papel de Língua nacional principal, língua primeira. Qualquer das presumíveis candidatas ao estatuto – Umbundu, Kikongo, Kimbundu ou Txokwe –, tem um peso demográfico de milhões de falantes. Por outro lado, a via bilingue para cada Língua nacional na Região ou grupo de províncias em que ela domine, enriquece a diversidade; valoriza a importância que se dá ao outro, seu semelhante. O Director do Instituto das Línguas Nacionais tem opinião idêntica sobre o assunto: “Combater os discursos que procuram colocar a diversidade das línguas nacionais como ameaça à unidade nacional, pois é possível a unidade na diversidade” [6].

Como se pode ler em notícia publicada no *Jornal de Angola*, a 28 de março de 2023, o processo de inserção das línguas nacionais de Angola na educação continua activo e promete avançar para patamares decisivos, a julgar pelos seguintes extratos do artigo [7] do *Jornal de Angola*:

1. “Participantes ao simpósio sobre língua materna abordaram vários aspectos ligados à sua inserção no processo de ensino e aprendizagem

nas primeiras classes”.

2. “Em declarações, por ocasião do simpósio sobre a língua materna, a ministra fez saber que, inicialmente, as aulas vão ser ministradas em todas as províncias, em pequenas amostras, pois serão necessários mais trabalhos de pesquisa para o funcionamento e expansão do processo”.

3. “Luísa Grilo disse que, numa primeira fase, as províncias onde estudos já foram realizados serão as primeiras onde será implementado o processo. Sem precisar quais províncias, disse que o arranque do processo vai passar por uma discussão em Conselho de Ministros e depois com os professores, os principais actores do ensino”.

4. “Queremos que o ensino das línguas maternas tenha continuidade, que não seja apenas durante um ano”, disse a ministra. Acrescentou que o seu pelouro está a trabalhar para que as línguas possam ser ensinadas de modo sustentável”.

Essa notícia mostra que o país está, afinal, muito mais avançado no processo, do que se pensava. Esperemos que o diálogo com as diferentes camadas da população, associada a uma informação clara e acessível à maioria, sobre as vantagens da utilização das línguas nacionais para a melhoria da qualidade da educação das crianças e o melhor conhecimento das bases da cultura nacional, possa garantir o sucesso do projecto e permitir aos angolanos:

1. Aceder à educação através das línguas maternas, desde o pré-escolar;
2. Privilegiar o atendimento em língua materna na administração pública, incluindo no Serviço Nacional de Saúde, com vantagens evidentes;
3. Ler jornais e mais livros nas diversas línguas nacionais;
4. Conhecer, através de registos com as vozes das nossas avós, como os nossos antepassados dialogaram com a natureza; como descobriram o fogo e o ferro; como interpretaram os mistérios da vida ou previram o fim do Mundo.

Bibliografia

1. Boal MR. Contribuição para o Conhecimento do Kimbundu. 2019. p. 3.
2. Marques IG. Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola”. Instituto Nacional do Livro e do Disco. Luanda RPA
3. Siteo B. Línguas moçambicanas, como estamos? Cadernos de Ciências sociais. Escolar Editora 2014. p. 61.
4. Instituto Nacional de Línguas. Histórico sobre a criação dos alfabetos em Línguas nacionais. 1980.

5. Kambuta J. A Grafia das Línguas Nacionais Angolanas. Um estudo aplicado à Língua Umbundu. 2021. p. 36.

6. Pedro JD. Estão as Línguas Nacionais em Perigo? Cadernos de Ciências Sociais. Escolar Editora 2014. p. 77.

7. Gomes M. Educação pretende inserir em 2024 mais línguas Nacionais no Ensino. *Jornal de Angola*, 2023.03.28.